

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.861 - SP (2020/0027160-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : V.M.A.X. GESTAO EMPRESARIAL EIRELI
ADVOGADO : GUILHERME LUIZ FRANCISCO - SP358920
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança com pedido de antecipação da tutela interposto por V.M.A.X. GESTAO EMPRESARIAL EIRELI contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no *writ* n. 2260423-44.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que a Juíza de primeiro grau indeferiu pedido liminar em embargos de terceiro, nos quais a recorrente pleiteava o sobrestamento do sequestro de um veículo (Mercedes Bens C63 AMG – ano 2015 – Placa EUR-0502 – Renavam n. 01085924847), que seria de sua propriedade, determinado em investigação policial movida contra a antiga proprietário do bem.

Inconformada, a defesa da recorrente impetrou mandado de segurança perante o Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada (e-STJ fls. 381-387).

Neste recurso, a recorrente insurge-se contra o indeferimento do pleito liminar de sobrestamento do sequestro de bem decretado nos autos de investigação criminal, alegando, em síntese, que o veículo é de sua propriedade, que foi adquirido de boa-fé e que não possui qualquer relação pessoal ou jurídica com a investigada (antiga proprietária).

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para se determinar o sobrestamento do sequestro do bem até a decisão final no processo originário.

É o relatório.

Quanto à concessão da medida de urgência pretendida, ou seja, o sobrestamento do sequestro do bem até a decisão final no processo originário, é cediço que é cabível, na fase recursal, a antecipação de efeitos da tutela, desde que não pleiteada na instância *a quo* ou quando requerida em razão de fatos supervenientes à prolação do acórdão pelo Tribunal de origem que ensejem sua reapreciação nesta Corte.

No presente caso, idêntico pleito de antecipação de tutela foi formulado perante o Tribunal de origem e indeferido pelo Desembargador relator (e-STJ fl. 361), não havendo fato superveniente apto a amparar a concessão de antecipação dos efeitos da tutela recursal.

Ademais, neste juízo de cognição sumária, não verifico, na fundamentação apresentada, a relevância necessária à concessão da medida requerida em grau de recurso, a qual exige a presença concomitante de verossimilhança, revelada no grau de probabilidade de êxito do recurso ordinário interposto, bem como do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Isso porque, em juízo prelibatório, verifica-se que a análise do pleito demanda aprofundada dilação probatória a respeito da suposta origem ilícita do veículo, da alegada boa-fé da recorrente na aquisição ou mesmo para determinar se a constrição do bem interessa ao deslinde da causa, providência vedada no rito do mandado de segurança.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. MEDIDA ASSECURATÓRIA. BLOQUEIO DE VEÍCULO. EMBARGOS DE TERCEIRO. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. AQUISIÇÃO DE BOA-FÉ. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE PELA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA.

1. A impetração de mandado de segurança contra decisão judicial passível de recurso somente é admitida em casos excepcionais de flagrante ilegalidade. Precedentes.

2. Hipótese em que a decisão que indeferiu o pedido de liminar dos embargos de terceiro, exarada sob o fundamento de que a prova carreada com a inicial não é suficiente para comprovar a aquisição do veículo em momento anterior à ordem de bloqueio do veículo junto ao Departamento de Trânsito, não se mostra manifestamente ilegal ou abusiva a justificar a concessão da ordem vindicada.

3. O acolhimento da versão apresentada pela impetrante, de que desconhecia o entrave judicial, tendo adquirido o veículo de boa-fé, pressupõe ampla dilação probatória, a ser produzida sob o crivo do contraditório, o que é inviável no âmbito do mandado de segurança.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RMS 33.921/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 30/06/2015, DJe 05/08/2015)

Assim, ausentes os pressupostos autorizadores, impõe-se o indeferimento do pleito de urgência deduzido, prevalecendo, até o julgamento do recurso interposto, a manutenção da solução alcançada no acórdão impugnado.

Ante o exposto, indefiro a tutela de urgência requerida.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem e, após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator